

## **ANGOLA EM PAZ. Mas, até quando?**

**MANUEL JAUARÁ**

Esta comunicação versar-se-á sobre a Guerra e Paz em Angola. É importante frisar que Angola, desde a independência (julho de 1975), não conheceu intervalo longo de estabilidade política. Estes pequenos intervalos foram obtidos através de esforços diplomáticos. Acordos de cessar fogo, entre a UNITA, e o MPLA/partido do e no poder; não duram muito, são logo violados por um dos lados beligerantes.

Nesta comunicação tentarei, em traços largos, reconstituir a história política de Angola, a partir do papel e ação dos dois principais atores políticos, ( José dos Santos e. Jonas Sawimbi).

A estabilidade política reinante em Angola, desde a morte de, Jonas Sawimbi, (2/ 2002) e assinatura em Luanda da “ata de compromisso” entre governo e Unita para conclusão do protocolo de Lusaka, ainda é bastante frágil.

Ela é assegurada em parte, pela liberdade tutelada. Contudo, a segurança não cuida só da estabilidade , serve também para garantir a exploração e extração de petróleo, diamante, e outros. Durante a guerra civil e depois dela, Angola tornou-se palco de uma guerra violenta, surda, imperceptível para a maioria, entre multinacionais.

### **AVALIAÇÃO DO RESULTADO ELEITORAL ANGOLANO**

O resultado das eleições gerais e pluripartidárias em Angola; revela para os estudiosos desse país indícios de como a animosidade provocada pela guerra civil esta bem presente na cultura política angolana e havia contagiado o resultado eleitoral.

Uma leitura atenciosa do mapa eleitoral, mostra de forma inequívoca de que o MPLA, partido no governo, ganhou com uma margem dilatada do seu principal oponente político, Unita, partido na oposição ao governo, na contenda eleitoral de 1992; nas províncias (distritos eleitorais) onde este não se encontrava bem estruturado. São geralmente províncias fustigadas, atacadas esporadicamente, mas não se encontravam sob o domínio da guerrilha da Unita. Isso não implica dizer que nessas localidades não existiam simpatizantes da guerrilha. Pois, o mesmo quadro revela que a Unita, com a exceção de quatro distritos eleitorais; num total de 18 distritos (o país é dividido administrativamente em 18 províncias e, cada uma, corresponde a um distrito eleitoral), fez pelo menos um deputado, onde não ganhou do seu arquirival.

Contudo, o desempenho do MPLA, foi largamente satisfatório em 12 províncias, considerando o estado larvar do espírito beligerante que contaminava o país; onde ganhou do seu adversário principal por quatro deputados em cinco possíveis, isso quando não elege todos os cinco do distrito eleitoral. É importante esclarecer que cada província independentemente do número da sua população, elege somente 5 deputados distritais. Este preceito da justiça eleitoral angolano vai contra o pressuposto básico dos sistemas eleitorais democráticos que tendem a promover a equidade representativa. Relação entre proporção de eleitores e/ou população dos distritos eleitorais e proporção de cadeiras destes no parlamento deve ser objetivo primordial da legislação eleitoral democrático. A alocação desproporcional de cadeiras parlamentares entre os diversos distritos eleitorais gera a violação do principio liberal de que todos os cidadãos devem ter votos com peso idênticos, o valor do voto tem que ser igual e universal para todos. Não é esse o caso que verificamos no sistema eleitoral angolano, sabendo que só a província de Luanda concentra mais de dois milhões de pessoas (Luanda, 2.081.000;

Huambo, 203.000; Benguela, 155.000, etc.. em 1988. In: almanaque abril de 2000) maior que muitas províncias.

Nessa eleição o MPLA, elegeu todos os cinco deputados nas províncias de Cunene e Malange e quatro nos restantes nove províncias e ainda três na província de Lunda norte. Mas, os dois deputados restantes não foram eleitos pelo partido Unita, mas sim por PRS (partido de renovação social). A Unita ganhou de MPLA, com uma margem elástica, nas províncias onde se encastelou desde do momento da proclamação da Independência (julho de 1975). Arrebatou todos os cinco deputados da província de Bié, quatro das províncias de Huambo e Kuando Kubango e além dos três deputados da província de Benguela. Só mais dois partidos conseguiram eleger deputados distritais. FNLA (frente nacional de libertação de Angola), conseguiu dois deputados na província de Zaire, feudo político e eleitoral do partido e do seu líder, Senhor Holden Roberto; quando o partido ainda participava da guerrilha armada contra o governo colonial e depois contra o MPLA. E o PRS, fez três deputados nas províncias de Lunda norte e sul. Os demais partidos tiveram desempenhos medíocres nos distritos eleitorais e só conseguiram eleger deputados através de listas partidárias, principalmente o PLD (partido liberal democrático) que se revelou um partido de feição tipicamente nacional e urbano, elegendo três deputados via lista partidária.

#### PARTIDOS REGIONAIS VERSUS PARTIDOS NACIONAIS

Como observamos antes, o clima da guerra civil, as velhas rivalidades políticas, étnicas e regionais estão espelhadas no mapa eleitoral. Enquanto o MPLA, vocaciona-se a ser partido nacional com infiltração e estrutura organizacional em quase todas as províncias na ocasião do embate eleitoral, por outro lado, a UNITA e FNLA; partidos históricos (foram fundados ainda durante o período da luta de libertação nacional, ao lado do partido no governo), revelam tendências acentuadas de regionalismo e etnicidade, embora sejam também partidos de caráter nacionais. Basta ver (anexo) as tabelas inseridas neste estudo sobre a eleição angolana, para perceber que esses partidos elegeram a maioria dos seus deputados nos distritos onde, os seus líderes, Jonas Savimbi e Holden Roberto têm maior identidade étnica e onde construíram suas bases de guerrilha na época da guerra civil, logo depois da proclamação da Independência por MPLA. Dos novos partidos, só o PRS, se revelou de caráter regional, com uma densidade eleitoral concentrada nas províncias de Lunda de norte e sul de onde saíram os seus três deputados distritais. Os outros partidos novos – os que surgiram com adoção do pluralismo político – sobretudo o PLD, tendem a caracterizar-se como partidos nacionais e de vocações urbanas, menos contagiados pela guerra civil, pelo fisiologismo étnico ou regional. Passemos agora à análise da história política de Angola, através da reconstrução da trajetória política dos dois principais protagonistas da guerra civil angolana; José Eduardo dos Santos, atual presidente da república e Jonas Savimbi, o incontestável líder dos guerrilheiros da Unita (até a sua morte e o fim do litígio militar, em fevereiro de 2002).

#### A Guerra Civil e suas Implicações Econômicas e Políticas em Angola.

José Eduardo dos Santos, líder do MPLA e Presidente da República de Angola, pertence à etnia kimbundu, a segunda mais numerosa do país, e filho de um pedreiro, estudou no Liceu Salvador Correia de Luanda antes de se unir, em 1961, ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA), organização de ideologia nacionalista e marxista fundada em 10 de dezembro de 1956 por Mario de Andrade e Agostinho Neto que se armaram e promoveram levante militar em 4 de fevereiro contra o colonialismo português. Em novembro de 1961 exilou-se em Paris e logo depois foi para Congo-Kinshasa (Zaire). Ali

ajudou a organizar a juventude do movimento de libertação e se tornou vice-presidente. Dirigiu o escritório de representação do movimento de libertação em Congo-Brazzaville e em 1963 o partido enviou para a URSS, com um grupo de jovens para formarem nas universidades soviéticas. Em 1969, graduou-se em engenharia petroquímica no Instituto de Estudos de Petróleo e de Gás de Bakú (Azerbaijão) e também fez um curso de comunicação militar. Em 1970, regressou a zona de Angola controlada pelo movimento de libertação e durante quatro anos seguidos serviu no posto de comunicação da guerrilha no enclave de Cabinda e logo foi nomeado para representar o movimento na Jugoslávia e depois no Congo-Brazzaville.

Em 1974 foi nomeado subcomandante do serviço de telecomunicação da 2ª região político-militar, membro de birô político de MPLA e coordenador do departamento de relações exteriores do partido, responsável pela missão de obter apoio diplomático juntos aos governos africanos. Em janeiro de 1975, continuou com esta tarefa no governo de transição (para a independência) multipartidário, que o MPLA partilhou com os outros movimentos de libertação, UNITA de Jonas Savimbi e FNLA de Holden Roberto. Esses dois últimos movimentos de libertação nacional, se uniram meses depois para se oporem ao MPLA, em um contexto de difícil superação de diferenças ideológicas e de rivalidade por controle do poder nas vésperas da independência de Portugal, dando assim o início a guerra civil que perdurou até os três primeiros meses de 2002.

#### PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DE ANGOLA

Após a proclamação da Independência da República de Angola, em 11 de novembro de 1975, dos Santos tornou-se presidente do MPLA e ministro de assuntos exteriores e subordinados diretamente ao Presidente, Agostinho Neto encarregado da vital tarefa, para o governo e partido no poder, de obter o reconhecimento diplomático de governos africanos e europeus não pertencentes ao bloco leste, assim como da ONU e da OUA, para garantir logo a legitimidade do governo e como único representante do país nos fóruns internacionais. Enquanto a aliança de FNLA e a UNITA, que proclamaram também a República Popular e Democrática de Angola contando com o apoio de África de Sul, China, Zaire e Estados Unidos da América.

Agostinho Neto faleceu em 10 de setembro de 1979, e então o comitê central do partido elegeu dos Santos para substituí-lo a frente do Estado, do conselho de ministro e das forças armadas. Eduardo dos Santos exerceu as funções presidenciais interinamente até 21 de setembro, quando assumiu formalmente a Presidência da República. Em 9 de novembro de 1980, decidiu acumular a sua função; a presidência da Assembleia Nacional do Povo. Herdeiro da guerra civil mais rancorosa e internacionalizada da África, Eduardo dos Santos empenhou-se energicamente na busca de uma solução negociada com a participação de todos os atores implicados. Em 1988, o acordo de Genebra sobre o cessar fogo (8 de agosto; 1º acordo) e o acordo de Nova York sobre a retirada do contingente cubano; ou fim da guerra (22 de dezembro), adotado por Angola, Estados Unidos, África de Sul e Cuba. Esses acordos resultaram na evacuação do enorme contingente militar cubano – 45.000 mil homens, que colaboravam com as forças armadas regulares angolanas. Ajuda cubana foi decisiva para conter o ímpeto da Unita e a concessão por parte de África de Sul da independência à Namíbia; território de onde o exército sul-africano fazia as suas numerosas incursões militares contra Angola em apoio a Unita.

A guerrilha de Savimbi, com quem o Eduardo dos Santos encontrou-se pela primeira vez, na cidade de Gbadollte em 22 de junho de 1989, através da intermediação do então

presidente Mobutu Sese Seko. Resistiu-se abandonar as armas e lançou nova ofensiva naquele ano e em 1990; mas, sob a pressão de Estados Unidos e o fim da assistência militar de África de Sul se viu forçado a negociar paz com o governo, o qual, também havia perdido o clientelismo soviético, o inestimável ajuda militar cubano, portanto não possuíam meios estratégicos suficientes para continuar uma guerra que estava extremamente ligada as vicissitudes da guerra fria, que nesse momento estava cedendo espaço à distensão internacional. Finalmente, em 31 de maio de 1991, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinaram em Lisboa um tratado de paz (2º acordo) que estipulava a reinserção das forças beligerantes do governo e da Unita à sociedade civil e formação de um efetivo de força armada angolana (FAA), que integre as duas forças militares.

Paralelamente a estratégia de pacificação, o regime tomou a iniciativa de promover a transição do país, para a democracia pluralista: em 29 de março de 1991, a assembleia do povo aprovou a introdução do pluripartidarismo e em 11 de maio, o MPLA começou a sua própria reforma. Renunciou a sua condição de partido marxista para se definir como social democracia e aceitou a economia de mercado. Em 19 de julho, Eduardo dos Santos se desligou da chefia do governo e nomeou um 1º ministro, na pessoa de Fernando Dias Van Dúnem, e em 25 de agosto de 1992 o país passou a chamar-se República de Angola, perdendo a condição de popular.

Em 20 e 30 de setembro do mesmo ano ocorreram as primeiras eleições gerais e livres na história desse país; não sem surpresa; na eleição presidencial Eduardo dos Santos venceu Jonas Savimbi por 49,5% de votos e nas legislativas o MPLA fez o mesmo com a UNITA, ao conquistar 53,7% dos sufrágios e 129 dos 220 cadeiras da nova Assembleia Nacional. Contrariado Savimbi recusou a reconhecer a derrota, apesar dos observadores internacionais certificarem da lisura da eleição e do apuramento do resultado e retomou a guerra civil.

O fracasso da experiência eleitoral conduziu, a partir de 31 de outubro do mesmo ano a retomada das hostilidades, cujo primeiro capítulo foi uma operação de extermínio lançada pelas forças governamentais em Luanda contra militantes da UNITA, que se encontravam na capital do país sob o abrigo do acordo de reintegração nacional assinado em Lisboa. O segundo turno, indispensável, por José dos Santos não ter obtido a maioria de 50% dos votos válidos, não impediu este de comemorar a sua reeleição à presidência da República. A segunda guerra civil (ou, mais exatamente, a segunda fase do mesmo conflito desde a independência) prolongou-se durante dois anos e resultou em mais mortes para a população civil e mais destruição das precárias infraestruturas do país que na fase precedente. Agora, não obstante, o governo dos Santos se assegurou do apoio internacional quase unânime, e especialmente dos Estados Unidos, cujo governo acabara de reconhecer formalmente o país (19 de maio de 1993) e para onde, em 7 e 9 de dezembro de 1995, o Presidente realizou a primeira visita oficial de um mandatário angolano desde a independência do país; sendo recebido por Bill Clinton na Casa Branca ( em 16 de setembro de 1991, ambos dirigentes tiveram um encontro privado no mesmo cenário). Com uma opinião pública internacional adversa e o cenário da guerra desfavorável (a sua principal base, a cidade de Huambo, foi conquistada pelas forças governamentais em 9 de novembro de 1994), a UNITA, então fez gestão para um novo acordo (3º acordo) de paz negociado, que foi assinado em Lusaka, Zâmbia, em 20 de novembro de 1994. Neste sinistro biênio, morreram provavelmente mais pessoas de que todo o período da guerra civil de 1975-1991, cujo balanço havia estabelecido em 300.000 mortes.

O cessar fogo entrou em vigor dois dias depois da assinatura do acordo, mas o processo de desarmamento dos combatentes da Unita, mais uma vez, se mostrou muito moroso e confuso. Em 21 de novembro de 1996 a terceira missão de Verificação de Nações Unidas

(UNAVEM III), anunciou que o desarmamento e desmobilização da UNITA estavam basicamente concluídos. Com base nesse relatório da UNAVEM III, em 11 de abril de 1997 iniciou-se a formação do governo de Unidade e Reconstrução Nacional. Ao mesmo tempo, os 77 deputados eleitos da UNITA em 1992, assumiram suas cadeiras na Assembléia Nacional, cujos mandatos foram prorrogados em 13 de novembro anterior por um mínimo de dois anos e máximo de quatro.

#### RECURSOS MINERAIS COMO FONTE DE FINANCIAMENTO DA GUERRA CIVIL.

Não obstante, a parte das reformas institucionais e das declarações reconciliadoras, no terreno bélico prosseguiram inquietantes movimentos dos militares governamentais e dos efetivos da Unita, que relutavam em entregar as áreas que estavam sob seus domínios e sobretudo, aquelas mais importantes e vitais para a sobrevivência do movimento do doutor Jonas Savimbi. As áreas de minas de diamantes que administravam como uma empresa e representava para o movimento rebelde, uma lucrativa fonte de divisas para aquisição de material bélico moderno (tanques e artilharias) e em grande quantidade. Desde 1995, elementos presumivelmente incontrolados da UNITA realizavam pilhagem, o que servia de argumento para as forças armadas de Angola (FAA) efetuarem operações militares. Presume-se que seja essa inquietação a causa do temor e reticência no processo de pacificação e da desconfiança mútuas. A comunidade internacional, aceitou o argumento do governo e responsabilizou o grupo de Savimbi pela perpetuação de insegurança e do clima pré-bélico; a partir desse pretexto a Unita sofreu o embargo de armas e ajudas econômicas ou negócios, imposto pelo conselho de Segurança das Nações Unidas. A UNITA, contudo, não teve problema para contornar estas sanções e continuou equipando-se militarmente com a venda de diamantes, aliás; o mesmo que o governo do MPLA faz com a venda do petróleo, reequipando militarmente (ver: cidob, 2001, Barcelona).

Sobre a produção e venda de diamante angolano, a organização britânica Global Witness apresentou um relatório, resultado de uma vasta investigação, publicado pelo Jornal Público (público, 14/12/1998, Lisboa) que também fez investigação de campo para confirmar a veracidade do documento, revela o seguinte:

- a) – a UNITA continua a colocar diamantes angolanos no mercado internacional, em violação do embargo decretado há meio ano pelas Nações Unidas, o que lhe permite financiar as necessidades do partido – incluindo, de novo, o esforço de guerra;
- b) - o impacto das sanções internacionais foi mínimo para o movimento de Jonas Savimbi. A violação do embargo é possível graças a conivência ou inércia de países como a Bélgica e a Zâmbia e da indústria diamantífera mundial liderada pelo grupo De Beers, segundo esta investigação. O documento desta organização, intitulado “Um negócio bruto” analisa o papel das empresas e dos governos no conflito angolano, concluindo pela grande responsabilidade de umas e outros na perpetuação da guerra civil.

A conclusão do documento só reforça a nossa percepção do conflito angolano. O bem estar do povo está nitidamente em segundo plano nas preocupações de todos estes atores que, para obterem uma parcela da riqueza de Angola, estão dispostos a tolerar ou ignorar a corrupção devastadora e uma guerra alimentada pelos recursos naturais do país, cujo controle tanto a Unita quanto o governo tentam conquistar. Segundo a versão da Unita (notícias lusófonas; 22/06/2001), O protocolo de Lusaka foi abandonado pelo eng. dos Santos, pelas Nações Unidas e os embaixadores que mediavam a negociação do protocolo, ao imporem a vigência de um certificado internacional de origem para os diamantes. Porque essa deliberação favorecia os governos de Israel e da Federação Russa, os quais, através do Sr. Lev Leviev, um angolano naturalizado de origem israelita/russa, detentor do monopólio oficial de vendas de diamantes para o exterior; seria

assim, o único capaz de fornecer o tal certificado de origem. Por outro lado, a empresa De Beers, com sede na África de Sul, que saiu perdendo com a imposição de certificado de origem do diamante, decidiu continuar no negócio, uma vez que a produção não pára, ela tem que absorver esses diamantes – ilegais ou não -, de forma a impedir que inundem o mercado mundial e provoquem conseqüentemente a queda brusca dos preços, que são artificialmente mantidos pelo cartel. De Beers, certamente, precisa controlar o “mercado paralelo” para justificar os colossais investimentos na prospecção, extração e promoção dos diamantes; assegurando assim o monopólio do mercado mundial de diamante.

Nesse emaranhado político angolano, não passava despercebida a ausência de um terceiro partido político forte capaz de moderar as tensões políticas, motivadas por bipolarização do cenário político desse país. FNLA, um partido histórico, que também participou da guerrilha armada contra o governo colonial e depois da independência, ao lado da UNITA, combatia o MPLA, o partido no poder até o acordo de reconciliação que antecedeu as eleições gerais e livres de 1992. Com a reintegração desse partido a atividade política normal na sociedade política angolana; viu esvaí-lhe a sua capacidade de mobilização política e organização da coesão interna, tanto que o veterano líder do partido, Holden Roberto, desde a época da guerra colonial, teve que enfrentar internamente a contestação da sua liderança e surgimento de uma grande dissidência no partido, que colocou em causa a sua liderança e impossibilitou, assim, o partido e o Sr. Holden Roberto de ser o interlocutor nacional, com autoridade moral e legitimidade conquistada ao longo da história política angolana.

#### AUSÊNCIA DO ESTADO DE DIREITO

Além da ausência dessa terceira força, a velha guarda do MPLA, também não sinalizava nenhum entusiasmo em criar de fato, um verdadeiro Estado de Direito, com suas instituições democráticas, uma administração e um aparelho ou aparato de segurança submetido ao império da lei, e uma gestão responsável dos riquíssimos recursos naturais, no sentido de viabilizar uma fórmula de coabitação governamental, o que atenderia as reivindicações da UNITA, em obter uma quota igual no poder. Como se isso não bastasse havia também, crises políticas nos países fronteiriços de Angola; as guerras internas nos dois Congos (Brazzaville e antigo Zaire) acrescentaram preocupações do governo angolano. Em outubro de 1997, Presidente Eduardo dos Santos decidiu enviar as forças armadas angolanas ao Congo Brazzaville para ajudar o ex-ditador, Denis Sassou-Ngesso na sua rebelião armada contra o então presidente Pascal Lissouba, suspeito de cumplicidade com a UNITA. Essa ingerência angolana resultou na tomada de poder de Brazzaville por rebeldes, sob a liderança Denis Sassou-Ngesso; com esta estratégia dos Santos conseguiu liquidar a retaguarda real ou hipotética das forças de Savimbi.

Teve ainda maiores repercussões, a intervenção das forças armadas de angolanas, no Congo-Kinshasa (antigo Zaire, depois República Democrática do Congo), em auxílio dos rebeldes que constituíam a chamada “aliança das forças democráticas para a libertação (AFDL)”, de Laurent Kabila, convertendo dessa forma o presidente Eduardo dos Santos, o principal ator de reordenação geopolítica experimentada na África central naquele ano. Só a Zâmbia ficou fora da estratégia diplomática e militar de Luanda, o Governo de Fredrick Chiluba, que havia acusado o seu homólogo angolano de conivência com a tentativa de golpe contra o seu governo em outubro de 1997. Advertiu o dos Santos para não insistir nas incursões punitivas das forças armadas angolanas nas fronteiras dos dois países, com o pretexto de atacar o presumível acampamento dos militares da UNITA. Em janeiro de 2000, a tensão entre os dois países havia aumentado de proporção em função

de novas acusação a Zâmbia pela impunidade desse país a UNITA, que continuava abastecendo ali de armamento; o que o governo de Lusaka respondeu com deslocamento de mais contingente militar para a fronteira dos dois países.

Neste estado de beligerância generalizada, onde a única solução continua a ser de força e não diplomática, com suas seqüelas nas zonas não diretamente afetadas pelo conflito militar; na forma de arbitrariedade, pilhagem dos bens da população civil e proliferação do comercio ilegal, o presidente angolano resolveu aumentar ainda mais o seu vasto poder. Em 20 de janeiro de 1999, o parlamento suprimiu o cargo de primeiro-ministro e dez dias depois concedeu plenos poderes ao presidente sobre o governo e agregando ao seu excessivo poder, o ministério da Defesa. O assassinato, em circunstancia ainda não devidamente esclarecida, do Kabila em janeiro de 2001, não alterou a realidade desse conflito superdimensionado, com a exceção do aumento da influencia de Angola sobre Kinshasa, na pessoa de Josep Kabila, filho do falecido, que o substituiu no poder. Eduardo dos Santos, na afã de liquidar definitivamente com a UNITA e o seu líder, doutor Savimbi, assumiu poder gigantesco quer diplomático quer militar sobre toda a região de África central e passou a ser o principal interlocutor e ator político do conflito militar nessa regional.

#### O LIDER DO GALO NEGRO: 2º PRINCIPAL PROTAGONISTA

Jonas Savimbi (3 de agosto de 1934 a 22 de fevereiro de 2002), pertence a tribo Ovimbundu, a mais numerosa do país e seu pai era chefe da estação da linha ferroviária de Benguela e também pastor protestante evangélico. Quando jovem, diferente da maioria dos meninos angolanos, freqüentou as aulas estudando no Instituto da Cúria de Dondi e no colégio das Irmãs Maristas em Silva Porto, na Província de Bié. Em maio de 1958, partiu para a metrópole obtendo bolsa de estudo para terminar os seus estudos secundários na Escola Passos Manuel em Lisboa. Terminado o ensino secundário, o jovem estudante se interessou pela medicina e matriculou na faculdade de medicina.

Suas atividades nacionalistas na capital portuguesa acarretaram-lhe alguns períodos de detenção por parte da policia política da ditadura salazarista (pide) até fevereiro de 1960 mudou-se para Suíça, para se unir aos outros emancipacionistas que organizavam para desencadear luta armada na colônia africana. Na Suíça decidiu ingressar na faculdade de direito da Universidade de Lausana, onde licenciou (graduou) em Ciências Jurídicas e Políticas, e logo 1965, fez doutorado, um capitulo duvidoso do curriculum acadêmico de Savimbi, não foi encontrado certificado comprobatório, apesar de gostar de mencionar o titulo.

Revolucionário de simpatia maoísta, em 1961, pouco depois de uma viagem a Uganda para participar de uma conferencia de estudantes, Savimbi filiou-se no movimento, a União das Populações de Angola (UPA), organização fundada em 1954, com o nome original de União das Populações do norte de Angola (UPNA), por Holden Roberto, a quem havia conhecido na Suíça, e este o nomeou secretario geral da UPA, que depois com sua fusão em 27 de março de 1962 com o Partido Democrático Angolano (PDA), de Emmanuel Kounzika passou a designar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Savimbi teve logo depois desentendimento político com Holden Roberto. Terminado o período de enfrentamento público, a ruptura com Roberto atingiu seu ápice no começo de 1966, entre acusações de tribalismo e favorecimento dos baconkos do norte próximo ao Congo e culto de personalidade formuladas por Savimbi. Entrou clandestinamente em Angola, através da fronteira de Zâmbia na localidade de Mungai, na província de Moxico. Ali, tratou logo de por em marcha o seu empreendimento político, criação de uma

organização político-guerrilheira, a união nacional para a libertação total de Angola (UNITA), que promoveu o seu primeiro congresso de fundação em 10 ao 13 de março de 1966. O batismo do grupo no campo militar foi em 25 de dezembro, em um ataque contra a cidade Teixeira Souza (atual Luau) para cortar a linha ferroviária de Benguela. De fato Savimbi estabeleceu o primeiro quartel general da guerrilha no território zambiano; mas desde julho de 1968, por causa da diferença política com o presidente daquele país, Kenneth Kaunda, depois de um ano de exílio em Cairo, acolhido por Nasser, voltou para radical na própria Angola, estendendo sua influência as regiões de centro e sudeste, onde os ovibundos (sua tribo) são a maioria.

Seu conhecimento de vários idiomas – falava corretamente, além do português, o inglês, francês e um pouco de alemão e demais idiomas locais – e sua experiência a frente a diplomacia do FNLA e o seu perfil ideológico, aparentemente mais moderado que o Neto e Roberto, facilitaram-no na construção de laços e alianças internacionais e assistência militar a UNITA, convertida na terceira força, do triângulo das forças de libertação angolana. Se bem que, a terceira força era justamente o menos determinado no enfrentamento do exército colonial e era mais dependente do seu líder indiscutível. Por outro lado, sua preparação intelectual e o seu dote de orador, qualidade imprescindível ao qualquer pretendente ao tribuna popular, assegurava ao Savimbi, uma adesão enorme dos ovibundos e em geral os camponeses pobres do interior, hostis a elite crioula (negros e mulatos dos grandes centros urbanos) da costa, de onde o MPLA, recrutava o grosso da sua militância. De fato Savimbi, depois com mais afinco ainda adotou a dialética maoísta de campo contra a cidade, assim como um africanismo rudimentar que exaltava a negritude contra a mestiçagem com os brancos ou estrangeiros.

A descolonização só teve lugar, depois da revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal e treze anos em que a descoordenação militar e a rivalidade das guerrilhas permitiu que o exército português mantivesse ainda coeso. Em 14 de julho de 1974, Savimbi assinou o acordo de cessar fogo no Moxico com uma delegação militar enviado pelo Movimento das Forças Armadas que havia assumido o poder em Lisboa. Na primeira quinzena de janeiro de 1975, negociou em Monbasa, Kenia, com Neto, Roberto e Daniel Chipenda, dirigente dissidente do MPLA, formação de governo multipartidário que conduziria o processo de transição ou transferência de soberania. A celebração do protocolo de Alvor, foi em 15 de janeiro de 1975, com o presidente português, Francisco da Costa Gomes, Savimbi garantiu para a UNITA, uma representação paritária (três ministros cada guerrilha e outros três para governo português), o governo de transição que se constituiu em 31 de janeiro, no momento em que explodiu quase que de imediato os combates entre o MPLA e a FNLA, jogando água fria no clima da festa, de esperança no período de paz e independência tranqüila.

Desconfiados cada um do outro, os grupos guerrilheiros trataram de imediato assegurarem e consolidarem os seus redutos territoriais e patrocinadores: o MPLA, possuía a capital, Luanda e uma ampla franja costeira que incluía os estratégicos portos de Lobito e Benguela e contava com assistência da URSS e Cuba, o FNLA era forte nas regiões de interiores do norte próximos ao Zaire; e tinha o apoio desse país, do Estados Unidos e de África de Sul; finalmente a UNITA, dominava todo o planalto central e a sua extensão ao sul até a fronteira com Namíbia, tendo quartel general na cidade de Huambo, sendo apoiado por China que, naquele momento de rivalidade por hegemonia no comunismo mundial, tinha interesse de acompanhar de perto o movimento estratégico do seu rival (URSS) nessa luta e das outras potências no xadrez político mundial. No início dos enfrentamentos (MPLA X FNLA), Savimbi assumiu o esquisito figurino de neutralidade (o que não lhe faz justiça), inclusive, fez gestões para conciliar Agostinho Neto com Holden Roberto. O objetivo era conseguir a operacionalidade do governo de

transição e formação de um exército nacional unificando as forças; essa diligência o aproximou do antigo chefe colonial. Suas boas relações com Costa Gomes (presidente português da época), sua manifesta antipatia ao Neto e suas declarações em favor de um modelo de socialismo, que respeita o pluralismo ideológico, legitimaram o Savimbi, como alternativa para o Estado em crise. Em 1 de agosto do mesmo ano a UNITA declarou fim da hostilidade contra o MPLA e 14 dias depois o governo de transição chega ao fim.

Os 300.000 colonos portugueses e os europeus residentes que não desejavam abandonar Angola apostaram no Savimbi como garantia de manutenção da sociedade multirracial e de laços econômicos com a antiga metrópole, sem prejuízos para as corporações privadas que exploravam os fabulosos recursos naturais do país e sem falar dos enormes recursos ainda virgem em boa parte do país. O caso é que a UNITA, a cinco anos atrás havia estabelecido uma convivência ambígua com, um instável pacto de não agressão, que permitiu o exército colonial se ocupar mais em operações militares contra o MPLA. Contudo, a conflagração angolana se media pelo barômetro da guerra fria, o que se convencionou chamar-se de conflito de baixa intensidade. Savimbi, outrora admirador de Che Guevara, percebeu do interesse dos Estados Unidos e da URSS da rica Angola e o novo cenário da sua estratégica pugna na África Central e Austral; restou-lhe optar por uma retórica revolucionária, assegurando que era anti-comunista e que defendia um governo democrático, pluralista e pró-ocidental.

O afrouxamento do ativismo antisoviético de China em África e a inesperada reconciliação do Neto com Mobutu, em agosto de 1978, foram outras tantas notícias desalentadoras para o Savimbi. Naquele momento só podia contar com auxílio flutuante sulafricano, que em maio de 1978, retomou as suas incursões punitivas nas fronteiras para destruir bases de retaguardas da guerrilha namibiana (SWAPO) organização popular de África do sudeste que era dirigida por ex- presidente da Namíbia, Sam Nujoma. A chegada a Casa Branca do republicano Ronald Reagan, em janeiro de 1981 rompeu com esta inércia. Em dezembro do mesmo ano, Savimbi viajou ao Estados Unidos e foi recebido por secretário de Estado, Alexandre Haig, que lhe anunciou o reconhecimento da UNITA, como uma organização política e alternativa do poder. Começaram a chegar ajudas encobertas por CIA, ao mesmo tempo em que o governo do Sr. Pieter Botha intensificava suas incursões militares e desestabilizadoras em Angola, com pretexto de combater a SWAPO. Savimbi, graças as generosas ajudas americana reconstruiu sua força militar, calculada na época em 60 mil efetivos.. Pragmático e oportunista, o líder rebelde não duvidava em recrutar os mercenários brancos sulafricanos ou antigos oficiais coloniais, com o argumento de livrar Luanda do regime marxista e ditatorial sobrepunha as outras considerações menores e por outro lado afirmava que a sua organização se opunha vigorosamente ao apartheid. O fato da conexão, de alcance nunca suficientemente esclarecido, com o governo racista da Pretoria, dificultou o apoio ao UNITA no continente, principalmente entre os países da África austral, conhecidos como da linha de frente, organizados contra as agressões sulafricanas dos seus respectivos territórios. O reconhecimento do MPLA por China em 1983 não afetou a UNITA. Naquele momento o seu líder seguia a sua trajetória vinculada aos interesses americanos, tanto assim que, conseguiu ser recepcionado na Casa Branca em 30 de janeiro de 1986, por presidente Reagan, que o incluiu na categoria de *freedom fighters*, título que serve para definir o combate mundial contra o imperialismo soviético e recebeu na ocasião 15 milhões de dólares em ajuda militar. Naquele momento Savimbi dominava uma extensa área que vai desde centro até ao sul de Angola. Mas a falta de profissionalização dos seus homens e, ausência de uma força aérea, constituía sempre uma desvantagem frente aos militares governamentais, impedindo a UNITA, que algumas das vezes esteve em situação certa de conquistar Luanda e tomar o poder.

Em 1987 Estados Unidos, receptivo a proposta de dismantelar a guerra fria apresentada por Mikhail Gorbachov, passou a desenvolver esforço diplomático para conseguir um acordo negociado da guerra civil angolana; dando inicio a um processo de paz que incluía também a Namíbia. Em 1988 Angola, África de Sul e Cuba, aceitaram um acordo de Cessar Fogo, em Genebra ao 8 de agosto e de desmobilização dos contingentes militares, em Nova York ao 22 de dezembro, preparando condições para repatriamento das forças expedicionárias cubanas, entre setembro de 1989 e maio de 1991, e a independência de Namíbia por parte do governo sul-africano, em março de 1990. Savimbi se encontrava marginalizado do acordo negociado, mas não teve outra alternativa senão acatar o cronograma estabelecido por Washington e Pretoria. Instados por seus respectivos avalistas externos Savimbi e José dos Santos (sucessor de Agostinho Neto, morto em setembro de 1979) tiveram um primeiro encontro em 22 de julho de 1989, na cidade de Gbadolite (Zaire) sob auspício de Mobutu e presença de grande numero de chefes de Estados africanos, onde assinaram o acordo mencionado. Como revelamos no texto anterior, Savimbi não sustentou por muito tempo os vários acordos assinados (UNAVEM II e III, etc..).

Os enfrentamentos pontuais ganharam intensidade desde julho de 1996, enquanto Savimbi cessava a cooperação com a troika dos países implicados na continuidade do processo de paz (Portugal, Rússia, e EUA, que por sua parte, congelou o ativo financeiro do grupo, embargou a venda de maquinaria para extração mineral e boicotou as importações de diamantes angolanos sem certificados de origem). A falta de recurso abriu crise interna na UNITA, e em 2 de setembro dirigentes de Luanda, Cabinda, Bié, Uige e Benguela, liderados por um desafeto interno de Savimbi, Eugênio N'Golo Manuvakola, declararam Savimbi deposto da liderança do movimento e expressaram suas intenções de colaborarem com o governo central. Mas nada disso abalou a determinação de Savimbi de liderar a batalha final contra o governo. As continuas provocações acabaram com paciência do Eduardo dos Santos, sentindo se apoiado pela comunidade internacional que viam no líder do Galo Negro, a personalização dos obstáculos para a paz em Angola, decidiu destruir de uma vez por toda o inveterado inimigo. Em 1º de setembro de 1998, um dia depois de expirado o prazo outorgado ao Savimbi para satisfazer os compromissos de Lusaka, os representantes de UNITA foram expulsos do GURN (governo de unidade e reconciliação formado em 1997) e da Assembléia Nacional, em 27 de outubro os deputados do MPLA, aprovaram resolução que retirava de Savimbi o "Estatuto Especial" e em 17 de novembro a guerra recomeça com mais intensidade, o governo iniciou uma ofensiva geral contra os rebeldes.

A estratégia de Savimbi neste terceiro ato do mesmo drama bélico consistia em defender e ampliar o controle sobre as minas de diamantes de Lunda e sabotar a produção de petróleo em Cabinda, graças ao qual o governo comprava armas em massa. O líder da Unida aliou-se também com Togo, Burkina Fasso e, sobretudo com a Zâmbia, para burlar o embarco internacional de diamantes. Ao mesmo tempo sustentou uma enorme campanha propagandista sobre suas supostas vitórias militares atingindo o ponto de provocar, uma confusa rebelião secessionista no estratégico corredor de Caprivi. Em dezembro de 1998 o presidente da Namíbia, Sam Nojuma foi auxiliado por dos Santos e Robert Mugabe contra o alastramento da rebelião de Caprivi (caprivi é um estreito namibiano encravado na fronteira de Angola e Zimbábue) em uma operação extensiva as posições de Savimbi em Kuando Kubango.

Quase demonizado no ocidente, isolado no contexto regional e contestado no próprio movimento, Savimbi continuou resistindo os embates do exército angolano, graças as armas acumuladas, não lhe faltando tanques e nem artilharia e possuindo ainda uma força de 40.000 homens. Em outubro de 1999 as forças governamentais depois de tentarem sem sucesso capturar as cidades de Huambo, Kuito e Malange, conseguiram

conquistar da UNITA as cidades de Andulo, Bailundo, Mungo e Jamba. Provavelmente, o último erro do mitológico chefe guerrilheiro foi rechaçar, em 30 de novembro de 2000, uma anistia geral a ele e aos seus homens. Ao mesmo tempo que, exigia negociação direto com dos Santos, aumentava seus ataques contra cidades, sabotando as linhas de comunicações e instalações econômicas. A resposta do presidente angolano foi dada, em 21 de agosto de 2001, qualificando o de “terrorista e criminoso de guerra”, suscetível de ser julgado e condenado por tribunal internacional; como o tribunal criado pela ONU para perseguir os criminosos contra a humanidade em Yugoslavia e Rwanda.

Paralelamente as dissidências e deserções que minavam a capacidade combativa de UNITA, o exército lançou a ofensiva de caça ao líder do Galo Negro. O cerco ao Savimbi se estreitou no início de 2002, e na noite de 22 de fevereiro, o governo comunicou através dos meios de comunicações a morte de Savimbi, no confronto com uma patrulha das forças governamentais no norte de Moxico. Para dissipar as possíveis dúvidas, no dia seguinte, o corpo do falecido foi exibido na televisão pública angolana, diretamente da cidade de Lucusse, a 700 km de Luanda.

Em 16 de março as partes expressaram em Moxico suas determinações em pôr fim a guerra civil e em 4 de abril os respectivos chefes militares (pela UNITA, general Abreu Muengo Ukwachitembo, aliás Kamoteiro) assinaram em Luanda o cessar das hostilidades (Fonte: Cidob.27/03/2002.Barcelona).

## CONCLUSÃO

Como podemos perceber Angola, não teve uma paz política duradoura desde a sua independência. Só a partir do março de 2002, com desmantelamento da Unita, enquanto guerrilha, Angola começa a vislumbrar as algumas possibilidades de implementação de mecanismos políticos que assegurem estabilidade política.

Todavia, em Angola se vive ainda hoje, sob uma paz política tutelada. O aparato militar e segurança do Estado, que saiu da guerra civil, não foi desmantelado e adaptado ao um Estado de Direito, pelo contrário foi aperfeiçoado e seus tentáculos ampliados. Os poderes concentrados na pessoa do Presidente José dos Santos, ainda estão intatos, senão ampliados. As outras instituições públicas e poderes constituídos em Angola, exercem funções homologatórias, poder de fato e operacional esta concentrado na Presidência da Republica. Tanto que o cargo do 1º ministro, é figurativo, pode ser abolido a qualquer tempo, desde que o Presidente assim queira. Mesmo durante a guerra civil, o cargo de chefe de Estado Maior das forças armadas era praticamente rotativa, para evitar que um general possa vir a ser um herói nacional, depois de uma grande vitória contra os militares da Unita.

A obediência e docilidade da nomenclatura do MPLA, das FAA, dos ministros e dos empresários são fartamente compensados por concessões, empréstimos subsidiados, vantagens pecuniárias, benefícios, cargos públicos e outros, por meios dos recursos extraídos da venda de diamantes, petróleo e outros. Os desobedientes são inibidos pela cultura do medo, da ameaça ostensiva e de perseguições políticas vigentes ainda. Essas observações são respaldadas pelas pesquisas de campo realizadas em 2004, pelos pesquisadores do CEA/ISCTE de Lisboa, que participaram no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro<sup>1</sup>, Coimbra, Portugal.

Talvez o cenário político mude até 2006, quando esta previsto a 2ª eleição geral e pluripartidária. A pergunta continua a ser, se o MPLA e o seu Presidente perderem a eleição, entregarão a presidência com tudo que representa em opositores? Acompanharemos.

---

<sup>1</sup> Os pesquisadores do CEA,são: Franz-Wilhelm Heimer; Elisete M. da Silva; Nelson Pestana e Gabriel M. Ribeiro.